



ISSN 2237-9460

DOI: 10.24065/re.v15i1.2777

RESENHA

POLÍTICAS DE AMPLIAÇÃO DA JORNADA ESCOLAR NO BRASIL E NO CONTEXTO INTERNACIONAL

Maria José Viana Marinho de Mattos¹

PARENTE, C. M. D. **Políticas de Educação em Tempo Integral no Brasil e Ampliação da Jornada Escolar no Contexto Internacional.** Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2024.

Lançado em 2024 pelas Editoras Oficina Universitária e Cultura Acadêmica, ambas vinculadas à Universidade Estadual Paulista (UNESP), o livro “Políticas de Educação em Tempo Integral no Brasil e Ampliação da Jornada Escolar no Contexto Internacional” é resultado dos estudos e do esforço analítico desenvolvidos pela autora. A obra tem como principal objetivo discutir a educação em tempo integral no Brasil e cenários de organização e ampliação da jornada escolar no contexto internacional. O Prefácio do livro foi elaborado pela Profa. Dra. Jaqueline Moll, professora titular aposentada da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), para a qual a obra “constituir-se-á como referência significativa e inspiração para jovens pesquisadores/as”, já que “estamos diante de um livro que permite, de modo analítico e objetivo, navegar e aprender muito sobre o amplo campo do tempo integral, aliado à educação integral, como política de direito (Moll, 2024, p. 12).

Logo na apresentação do livro é possível compreender que a trajetória acadêmico-investigativa da autora tem relação estreita com os estudos, pesquisas e análises desenvolvidos e sistematizados em seu Concurso de Livre-docência em Políticas Públicas em Educação (UNESP/Câmpus Marília), realizado no ano de 2023.

¹ Professora aposentada. Doutora e Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Pós-doutorado em Educação/Currículo pela PUC/SP. Graduação em Pedagogia. Orcid Id: <https://orcid.org/0000-0001-7341-7753>. E-mail: mjoseviana@uol.com.br



No que se refere à estrutura, o livro encontra-se organizado em cinco capítulos. O primeiro, “Tempo Escolar e Jornada Escolar”, apresenta e analisa conceitos e elementos constitutivos do tempo e da jornada escolar, com revisão de literatura nacional e internacional, promovendo caracterizações e diferenciações ao mesmo tempo. O capítulo está organizado em itens e subitens, com destaque para: Tempos Escolares, Jornada Escolar: conceitos, terminologias e classificações, Componentes da Jornada Escolar, Argumentos para a ampliação do tempo do aluno na escola e Tempo Integral com aliado da Educação Integral. No que se refere à Jornada Escolar, a autora destaca suas várias terminologias e classificações. Quanto aos componentes da jornada escolar, tratou das atividades curriculares e extracurriculares, atividades obrigatórias e facultativas, educação formal e não formal, atividades financiadas ou não pelo Estado, alimentação escolar e tempo de cuidado. Também discorreu sobre os argumentos para a ampliação do tempo do aluno na escola. Ao final do capítulo, ao abordar o “Tempo Integral como aliado da Educação integral”, a autora apontou que “no cenário brasileiro, a confusão entre educação integral e tempo integral tem sido inevitável”, e que “a utilização dos dois termos de forma conjunta, portanto, demarca a intenção de mostrar que são elementos diferentes, mas que podem caminhar juntos” (Parente, 2024, p. 40).

Desta forma, a autora permite ao leitor compreender conceitos, elementos e diferentes formas de organização dos sistemas educativos. Essa construção de conceitos e práticas é aceitável uma vez que o processo é dinâmico; as terminologias de tempo e de jornada escolar estão entrelaçadas com uma série de elementos históricos, sociais, políticos, econômicos e culturais que, inclusive, podem influenciar na estrutura dos sistemas educativos e na organização da instituição escolar. Ao longo do texto, existem várias notas de rodapé e referências de autores da literatura nacional e internacional, de certa forma, como um complemento para o aprofundamento da temática.

O segundo capítulo, “Políticas de Educação em Tempo Integral no Brasil”, recupera como a escola brasileira se estruturou no final do século XIX e

ínicio do século XX. O texto é essencial para compreender as opções político-pedagógicas feitas ao longo da história e, principalmente, explicar as origens das defesas da educação/escola de tempo integral no Brasil. A partir de um estudo de revisão da literatura, a autora sistematiza conceitos, argumentos e características dos turnos escolares, além de destacar que são poucos os estudos sobre o assunto. Por isso, mostra que são vários os arranjos possíveis quando se relaciona turnos, jornadas e horários escolares.

Por fim, ainda que seja possível encontrar outras ações de ampliação da jornada escolar espalhadas por todo o Brasil, foram sumarizadas doze experiências implementadas ao longo do século XX e início do século XXI, destacando, por exemplo, a carga horária do aluno na escola. Essas experiências não são as únicas, mas ilustram a dualidade entre jornada parcial e integral na educação brasileira.

Além das doze experiências, a autora privilegiou a análise da formulação e implementação do “Programa Mais Educação”, inclusive destacando os avanços na ampliação da oferta e caracterizando modelos de educação em tempo integral em interface com esta política. Apesar disso, há que se destacar as inúmeras críticas feitas ao Programa Mais Educação (2007-2016) e, posteriormente, ao Programa Novo Mais Educação (2016-2019) em virtude de suas concepções. Por fim, a obra ilustra diferentes políticas de educação em tempo integral em todas as 27 Unidades da Federação, destacando o Programa Escola em Tempo Integral criado pelo governo federal em 2023.

No terceiro capítulo, “Educação em Tempo Integral no Brasil: diretrizes e indicadores”, ao discutir os aspectos político-legais da jornada escolar brasileira, o texto nos leva a concluir que, no caso brasileiro, ao longo do século XX, vimos a consolidação dos sistemas de ensino e a progressiva universalização da escola pública, gratuita, obrigatória e de direito de todos. Isso mostra que o financiamento educacional, principalmente por meio do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) traz importantes repercuções para a educação em tempo integral. O fato é que a jornada em tempo

integral tem um fator de ponderação superior à jornada em tempo parcial, o que significa um estímulo ao investimento em políticas que ampliam a jornada escolar.

Ainda neste capítulo, a autora recorre aos documentos que sustentam a definição da política educacional de educação em tempo integral e, nessa direção, analisa as Diretrizes Curriculares Nacionais, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o Plano Nacional de Educação (2014), assim como a construção da meta de Educação em Tempo Integral nos Planos Estaduais, Distrital e Municipais de Educação, num esforço para compreender os aspectos político-legais que dão sustentação às diferentes formas de organização da jornada escolar no país. A clareza e a objetividade do texto contribuem para que se entenda que os sistemas de ensino têm autonomia para definir esses elementos e, em muitos casos, há também autonomia das escolas, o que resulta em múltiplas possibilidades de organização da jornada escolar no contexto brasileiro. Por fim, o capítulo apresenta um panorama da jornada escolar brasileira com dados que permitem analisar como está o alcance da meta 6 de educação em tempo integral do Plano Nacional de Educação no cenário nacional.

Ao tratar no quarto capítulo sobre “Organização e Ampliação da Jornada Escolar no Contexto Internacional”, a autora, inicialmente, apresenta conceitos, métodos e unidades de comparação, de modo a explicitar elementos teórico-metodológicos que fundamentam seus estudos comparados. Após mencionar pesquisas comparadas internacionais sobre jornada escolar, apresenta resultados de estudos nos contextos europeu e latino-americano. A respeito do cenário europeu, a autora descreve a jornada escolar de 15 países, detalhando a ampliação da jornada da Alemanha, Áustria, Espanha, França, Itália e Portugal. Em relação à ampliação da jornada escolar no contexto latino-americano, os países pesquisados foram: Argentina, Chile e Uruguai. De forma geral, as pesquisas da autora baseiam-se em documentos oficiais dos países e de organizações internacionais, a exemplo de relatórios da Rede Eurydice. No cenário latino-americano, por sua vez, o documento “Metas Educativas 2021: la educación



que queremos para la generación de los Bicentenarios”, da Organização dos Estados Iberoamericanos (OEI, 2010), aponta a variedade de possibilidades de ampliação do tempo do aluno na escola e/ou em atividades extracurriculares e/ou socioeducativas e políticas de ampliação da jornada escolar, definindo meta específica para ampliação da jornada escolar.

O quinto capítulo, intitulado “Análise de Políticas de Educação em Tempo Integral e de Ampliação da Jornada Escolar: Referenciais Analíticos”, trata do uso do referencial teórico-metodológico proveniente do campo da política pública e da educação comparada associado às pesquisas empíricas da autora, fornecendo variáveis importantes que podem ser consideradas para a análise das políticas na área. A pesquisadora reforça que a política educacional é a materialização da ação do Estado por meio da oferta de ações que buscam resolver certos problemas públicos. Parte da concepção de Dye (2013), para o qual a política pública objetiva identificar o que os governos fazem, seus motivos e se isso faz alguma diferença.

Deve-se ressaltar que, em decorrência de sua atuação docente e como pesquisadora, observa-se um conjunto de estudos, publicações de ensaios, artigos científicos, capítulos de livro e livros publicados, o que tem permitido utilizar, construir e socializar referenciais teórico-metodológicos vinculados ao campo das políticas públicas e da educação comparada.

A esse respeito, a obra fornece indicadores consistentes e aponta caminhos e possibilidades para a análise de políticas de educação em tempo integral e de ampliação da jornada escolar. Segundo a autora, “o referencial teórico-metodológico proveniente do campo da política pública e da educação comparada aliado às pesquisas empíricas, forneceram elementos para identificar variáveis importantes que podem ser consideradas para a análise das políticas na área” (Parente, 2024, p. 127). Nessa direção, destaca importantes referenciais analíticos, a saber: Tipologia de Políticas em Educação em Tempo Integral e Modelo de Análise de Ampliação da Jornada Escolar; Política de educação em tempo integral à luz do ciclo da política pública; Relações entre as opções político-pedagógicas da Secretaria de

Educação (macro) e da escola (micro); Enfoque integrador para análise de políticas de ampliação da jornada escolar.

Segundo a autora, à semelhança do que ocorre com a formulação de políticas públicas, o processo de investigação no contexto acadêmico também passa por problemas e questões que reorientam escolhas, decisões e análises. A obra evidencia o diálogo contínuo da autora com os referenciais teóricos, o que é relevante no meio acadêmico.

O livro possui clareza e objetividade ao discorrer sobre as políticas de educação em tempo integral no Brasil e no contexto internacional, evidenciando a atualidade da temática e as contribuições para a área de conhecimento. A sistematização de diferenças e semelhanças dos sistemas educativos permite compreender o próprio país, suas características e especificidades, suscitando refletir sobre o que se faz e o que se quer a partir da análise.

Destaca-se a decisão assertiva da autora em aprofundar o referencial teórico-metodológico do campo da política pública e de educação comparada, articulado às pesquisas empíricas, fornecendo elementos para identificar variáveis importantes que podem ser consideradas para a análise das políticas nesta área. Tal decisão é uma forma dinâmica e didática de apoiar estudos nacionais e internacionais sobre políticas de educação integral em tempo integral, favorecendo a compreensão de como a ação do Estado é formulada e implementada.

Por fim, cabe destacar que a autora demonstra discussão teórica consistente e a possibilidade de motivar a incursão de outros pesquisadores com estudos sobre a continuidade e/ou descontinuidade de políticas de educação em tempo integral e de estratégias de ampliação da jornada escolar, referendando o que foi apresentado de forma brilhante nesta obra.

Referências

DYE, T. R. **Understanding Public Policy**. Pearson: New Jersey, 2013.



ISSN 2237-9460

MOLL, J. Prefácio. In: PARENTE, C. M. D. **Políticas de Educação em Tempo Integral no Brasil e Ampliação da Jornada Escolar no Contexto Internacional.** Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2024. p. 9-13.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA - OEI. **Metas Educativas 2021 – A educação que queremos para a geração dos bicentenários - Documento final.** Madrid: OEI, 2010.

Recebido em: 14 de novembro de 2024.

Aprovado em: 04 de janeiro de 2025.

Publicado em: 21 de março de 2025.

